



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESCOLAR

SIMONE FERREIRA AMARAL SOUSA

**O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Belo Horizonte

2011

SIMONE FERREIRA AMARAL SOUSA

**O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO E A GESTAO DEMOCRÁTICA
ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Jaqueline Silva Figueiredo Pereira

Belo Horizonte

2011

SIMONE FERREIRA AMARAL SOUSA

**O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO E A GESTAO DEMOCRÁTICA ESCOLAR:
A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Jaqueline Silva Figueiredo Pereira (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 4 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha família e a todos que contribuíram para que eu vencesse mais essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aquele que é o Autor da criação de tudo o que existe, Deus, que nos momentos alegres e tristes esteve sempre ao meu lado, sendo meu socorro imediato.

À meus familiares pelo amor incondicional, que sempre demonstraram para comigo, obrigado pelo apoio e compreensão.

À minha orientadora pela ajuda e paciência mostradas durante a pesquisa.

Aos colegas pelo esforço em conjunto no decorrer do curso.

.

A educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a sociedade
muda.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho parte de um problema atual – as dificuldades escolares proveniente dos problemas sociais. Estas dificuldades foram constatadas na elaboração do PPP da Escola Municipal Frei Leopoldo. Partindo dessa constatação, observou-se que um importante recurso para minimizar essa realidade é a criação de políticas públicas que promovam a união das Secretarias de Educação, Assistência Social e de Saúde, que podem juntas constituir-se como alicerces para a formação integral dos alunos. Ao se pensar na importância da integração das políticas públicas, pensa-se na agregação de valores e de forças para que todas as pessoas tenham acesso a direitos fundamentais. No entanto, as relações que compõe a implementação e consolidação das políticas públicas, mantidas pelas suas respectivas secretarias, são conflituosas e revelam uma série de problemas comuns da realidade brasileira, que de forma indireta refletem no espaço escolar. Partindo dessa constatação, por meio de um referencial teórico, o presente trabalho visa discutir a intersetorialidade das políticas afim da plenitude da democracia e cidadania, que são construídas, exemplarmente no campo da Educação por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos e da Gestão escolar democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Projeto Político Pedagógico. Secretarias. Intersetorialidade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS: A INTERSETORIDADE COMO FORMA DE MELHORAR A QUALIDADE DA ESCOLA.....	15
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
4	REFERÊNCIAS.....	23
5	ANEXO	24

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Lopes e Amaral (2008), as políticas públicas podem ser consideradas como sendo a totalidade de ações, metas e planos traçados pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, dependendo das demandas ou expectativas da sociedade. De um modo geral, as políticas públicas devem, antes de tudo, valorizar a essência da mesma, que se apóia nas idéias e interesses do povo. Partindo dessa premissa se faz necessário discutir o papel dos governos e de seus cidadãos no que se refere à criação de políticas públicas.

O presente artigo nasceu da necessidade de reflexão acerca das políticas públicas a fim de que haja a concretização da sociedade democrática. Por meio de uma revisão da literatura, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: qual o lugar da política pública na atualidade? Por que existe um antagonismo entre o civil e o público? De que forma pode ocorrer uma integração das políticas e suas respectivas secretarias na tentativa de tornar plena a cidadania?

Diante desses questionamentos pode-se afirmar que o tema do trabalho refere-se à reflexão acerca da importância da integração das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de melhorar a qualidade de vida dos alunos e, conseqüentemente, promovendo a inclusão social dos mesmos, já que a realidade da escola apresentada no Projeto Político Pedagógico, se encontra exposta a fatores de risco como drogas, desestruturação familiar, pobreza extrema, fatores esses que interferem diretamente no fracasso escolar. Objetiva-se, dessa maneira, estender a discussão sobre a importância da participação dos vários setores sociais na implementação de políticas públicas que ampliem a gestão democrática e possibilitem a diminuição do fracasso escolar.

O que motivou à necessidade dessa pesquisa foi o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Frei Leopoldo de Patos de Minas – MG, que em sua elaboração, possibilitou uma análise de que a escola apresenta um índice de fracasso escolar correspondente a 30% dos alunos. Esse índice pode

ser justificado por fatores como: cultura da promoção automática, infrequência, desinteresse e inexistência de hábito de estudo, descompromisso da família e do aluno para com a escola, pais com baixa escolaridade ou analfabetos, problemas de saúde, famílias desestruturadas com pais alcoólatras, drogados, encarcerados..., baixa auto-estima e falta de perspectiva de melhoria de vida.

Soma-se a esses fatores, a forma de organização e funcionamento da escola: número de alunos por turma; a difícil disciplina desses alunos; a falta de tempo do professor para planejar e elaborar materiais didáticos diferenciados; a falta de experiência com o trabalho em grupo e diversificado, a inexistência de recursos humanos e de espaço físico para atendimento diferenciado sistematizado, no turno e extra-turno.

Um dos pontos principais refere-se à inexistência de parceria com as Secretarias de Saúde, Trabalho e Assistência Social, o que influencia na ausência de diagnóstico clínico, tratamento especializado, quando necessário, e atendimento às necessidades dos alunos e das famílias.

Partindo dessa realidade, o presente trabalho busca, por meio da experiência do Projeto Político Pedagógico, que vem conseguindo transformar a educação num espaço de democracia e autonomia, ampliar a discussão sobre a necessidade de políticas intersetoriais, a fim de que os vários segmentos públicos por meio de alianças, possa contribuir para que a escola desenvolva plenamente os seus objetivos. Dessa forma, partindo dessa constatação, o trabalho buscar tecer considerações sobre o assunto, constituindo-se como um referencial que contribuirá para uma visão mais ampla da questão.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: A INTERSETORIDADE COMO FORMA DE MELHORAR A QUALIDADE DA ESCOLA

As políticas públicas referem-se às ações tomadas pelo governo a fim de atender à demanda social. Sousa (2006) diz que as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado este que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, onde faz uma síntese dos principais teóricos que trabalham o tema das políticas públicas relacionadas às instituições que dão a ultima ordem, de como o dinheiro sob forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade. Sobre a conceituação e políticas públicas pode-se destacar ainda os seguintes conceitos, conforme alguns pensadores:

Quadro 1: conceituação das políticas publicas

Pensador	Conceituação
Mead	→ Campo da política que analisa o governo, tendo como partida as grandes questões públicas.
Lynn	→ Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Peters	→ Soma das atividades dos governos, que agem diretamente, influenciando a vida dos cidadãos.
Dye	→ É o que o governo escolhe, ou não, fazer.
Laswell	→ As análises devem responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

FONTE: SOUZA (2006, p.23).

Num outro momento, pode-se destacar a discussão acerca do espaço que cabe ao governo na implementação das políticas públicas. Nesse processo de definição, o Estado passa a ter um espaço próprio de atuação, apesar de, de acordo com a autora, estar suscetível a influências externas e internas (SOUZA, 2006). Diante disso, a capacidade do Estado e sua importância no processo de formulação e execução das políticas públicas, mesmo sendo diminuído por fatores como globalização e neoliberalismo, ainda são os principais norteadores. Para ilustrar essa relação a autora ainda destaca alguns modelos:

Uma das principais dificuldades da intersetorialidade das políticas públicas e suas respectivas secretarias é a crescente participação da sociedade civil na constituição de políticas sociais e cidadania. Para Dagnino (2004), as principais mudanças sociais ocorridas se deram, principalmente pela implantação do projeto neoliberal. Partindo dessa realidade, a autora, discute a participação de entidades civis e a ideologia que permeia o cenário nacional e na constituição das representações políticas e democráticas.

No entanto, para que haja uma compreensão acerca da realidade das políticas públicas é fundamental que se faça um retrospecto, destacando os processos de construção da democracia. Suas raízes estão ligadas a dois processos que podem assim ser observados: o primeiro processo se refere ao que ela chama de alargamento da democracia. Tal momento é expresso na criação de espaços públicos e da crescente participação da sociedade civil em relação às políticas públicas, teve seu ápice com a Constituição Federal, que enfatizou a importância da sociedade civil, que desde o Regime Militar, desempenhou o importante papel, principalmente pelos movimentos sociais.

O segundo processo citado por Dagnino (2004), se dá pela implementação do neoliberalismo, que se destaca pela maior isenção do Estado a partir da divisão da responsabilidade do mesmo com a sociedade civil. Com a eleição de Collor em 1989, o núcleo do pensamento neoliberal se tornou mais real no Brasil. Dessa forma, pode-se afirmar que a ideia de democracia e de participação civil nas decisões podem ser resumidos em três fatores históricos: a abertura política que se deu com o fim do regime militar; a

Constituição Federal de 1988 e a abertura econômica (neoliberal) que se iniciou na década de 90.

É interessante observar também, que a idéia de democracia e da importância da sociedade civil se dá num antagonismo perverso. De um lado a sociedade civil se alarga; do outro o Estado encolhe. Assim, conceitos como democracia, cidadania, participação, sociedade civil, podem ser considerados apenas pretextos, ou seja, armas, para maquiagem uma disputa bem maior, subliminar, que são as disputas políticas, tal fato acaba gerando uma opacidade, que se dá num plano ideológico.

Diante dessa opacidade, a sociedade civil pode ser compreendida como salvadora, já que o Estado, por diminuir sua responsabilidade social, demonstra enfraquecimento. Para que se entenda o real sentido das disputas políticas que estão implícitas, é fundamental que se aponte para o termo projetos políticos, que na perspectiva *gramsciana*, designa os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, entre outros, possibilitando a produção de significados amplos e o reconhecimento da diversidade interna, existente tanto no Estado quanto na sociedade civil.

No campo educacional, é mister destacar que para a concretização de um Projeto Político-Pedagógico deve assegurar, conforme Saviani (1998), a autonomia das escolas e universidades para sua elaboração, levando em consideração as características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, na perspectiva da consolidação do Sistema Nacional de Educação.

No entanto, as políticas públicas voltadas à educação e concretizadas no PPP, são ações que ocorrem nas relações sociais, pois envolvem à todos na sua construção, porque a ação política tem a capacidade de aglutinar pessoas entorno de idéias e ideais, porque é essencialmente uma ação democrática e participativa, porque não pode ser feito por uma única pessoa ou por um grupo que não represente a totalidade de vertentes e correntes culturais, sociais e políticas que estão presentes na comunidade afetadas pela escola onde esse Projeto Político Pedagógico está sendo construído (DIAS, 2007).

Na perspectiva do autor, a autonomia é uma questão vital para a gestão democrática não só na educação, mas na saúde e assistência social,

assim, o trabalho com projetos pode surgir como um instrumento eficiente e capaz de dar à esfera pública, condições de se planejar e buscar meios e aglutinar pessoas e recursos na concretização.

Em contrapartida é importante ressaltar o deslocamento de sentidos que ocorrem com termos que designam o processo de democratização e política. Conforme Dagnino (2004), conceitos como sociedade civil, participação e cidadania, revelam o deslocamento causado por disputas políticas. O termo Sociedade civil adquiriu um novo estatus no projeto neoliberal. Devido ao crescimento das organizações não governamentais (ONGs), do terceiro setor e da marginalização dos movimentos sociais, a sociedade civil passou a representar-se como um sinônimo dessas organizações e do terceiro setor. A autora, nesse sentido alerta que as ONGs servem como prestadoras de serviço da Agência internacional, que patrocina o Estado, e não como representantes da sociedade civil.

A noção de participação também constitui um importante papel dentro da reflexão proposta, já que pressupõe uma posição mais individualista e privatista, em detrimento ao significado coletivo. Isso se dá pelo fato de que a chamada responsabilidade social é vista como sendo responsabilidade do indivíduo e da empresa. Assim, a participação se ressignifica, abandonando o terreno do coletivo, da política, para se tornar algo privado, obrigatório, tornando-se, segundo a autora, um ato moral. Nesse contexto, a noção de cidadania também é analisada.

Tal conceito se ampliou a partir da década de 70, tornando não somente político, mas cultural, revelando o papel de uma sociedade subjetivista. Dagnino (2004) destaca três aspectos que demonstram a ressignificância do termo cidadania: a primeira se refere à luta pelos direitos, que surgem em restrição a sua dimensão política e se limita à responsabilidade moral privada, reduzindo-se como solidariedade aos pobres.

Dessa maneira, a autora ainda avalia que é somente a partir da formulação de políticas sociais, que os conceitos acima analisados tornar-se-ão verdadeiramente empregados e poderá ocorrer uma intersectoriedade entre as políticas públicas sejam elas de qualquer natureza. Para a autora, é necessário que a participação pública seja concreta, diminuindo o privatismo da democracia, visto que a diminuição da responsabilidade estatal contribui para a

exclusão. É necessário tirar tais conceitos da esfera particular, individual e transportá-los novamente para o plano político, que construiu a democracia.

Na escola, podem ser encontrados exemplos que contribuem para uma perspectiva da intersectorialidade: o Projeto Político Pedagógico. É ele que possibilita uma gestão democrática, que de acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 206, inciso VI estabelece que um dos princípios do ensino será a “gestão democrática no ensino público, na forma da lei”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, em seu artigo 14 estabelece que:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II- Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como se vê, a legislação preconiza que a gestão da escola pública deve ser democrática, ou seja, as decisões devem ser compartilhadas com a comunidade escolar para que a educação atenda aos interesses de “todos” e não de “minorias”. Ao colocar o projeto político-pedagógico como algo a ser construído coletivamente caminha-se, aqui, na direção apontada por Veiga (1998, p. 13), que afirma:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

E novamente a gestão democrática é apresentada como um dos pilares do projeto-pedagógico (Veiga, 1998, p.18):

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o

individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.. A gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. [...] Nesse sentido, fica claro entender que a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois trata-se da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão.

A eficácia e a democratização das políticas públicas somente estarão consolidadas quando a própria comunidade assumir a experiência democrática como responsabilidade sua. Não é num espaço segmentado que se favorecerá a igualdade. A democracia para ser sólida precisa de cidadãos participativos, e, para ser genuína, precisa de cidadãos livres, que usufruam da liberdade política. É papel das políticas públicas, numa sociedade democrática, tanto inculcar nos seus membros essas coisas comuns, quanto ensiná-los a pensar livremente, ou seja, a estarem abertos à possibilidade de serem diferentes.

O repensar as políticas públicas de forma democrática é necessário compreender a democracia em toda sua complexidade, o que pressupõe uma mudança cultural e política no interior da sociedade. A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela expressa também a vontade de participação revelada pela sociedade civil e sua presença no processo e no produto de políticas do governo.

Como se pode perceber há um antagonismo no que se refere à participação da sociedade civil e do governo nas políticas públicas, o que dificulta a intersetorialidade. Numa reflexão mais aprofundada, essa questão traduz uma realidade marcada pela ideologia neoliberal e pela sua luta ressignificar conceitos que construíram a democracia. Pode-se verificar que os valores estão se tornando pseudovalores à medida que abandonam o seu caráter político, social para atender não à necessidade comum, mas à ampliação de domínio e do campo neoliberal.

É de extrema importância que se reflita acerca do verdadeiro papel das entidades privadas e o seu lugar na sociedade. É fundamental também, que se compreenda a dimensão política, da necessidade de garantir igualdade, e não da cidadania, da participação como pertencente ao plano da moral, da

obrigação. Perceber o verdadeiro interesse dessas organizações é sem dúvida, o melhor caminho para se compreender o papel do Estado para a confirmação de projetos sociais políticos e para a confirmação de medidas verdadeiramente democráticas.

Goffman (1984) chama a atenção para o fato de que o funcionamento das políticas, em geral, tende a reproduzir a mesma lógica dos problemas sociais, o que reduz a democratização e faz de cada âmbito político uma realidade fragmentada, sem nexos e isolada, o que dificulta um atendimento pleno.

Nesse contexto antagônico, uma possibilidade para uma maior integração de políticas públicas (saúde, assistência social e escola) é o trabalho com Projetos. Na escola, o Projeto Político-Pedagógico, em suas intenções, é um instrumento que possibilita a apropriação, a condução e a integração pela unidade escolar das dimensões administrativa, política e pedagógica do seu trabalho, a partir da percepção e da contribuição dos sujeitos pertencentes ao seu universo. Como experiência histórica, no entanto, é um instrumento ainda embrionário, que requer investigação e análise para a avaliação de seus mecanismos e efeitos (SOUZA, 2003).

Ao se orientar numa visão macro do que a sociedade necessita a integração das políticas por meio de projetos possibilitará a concepção de objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às atividades próprias de cada uma, como às funções administrativas e uma integração de suas responsabilidades. Portanto, o projeto político, seja ele pedagógico ou não, faz parte do planejamento e da gestão. A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto a operacionalização do planejamento que pode ser mais amplo numa interação entre as políticas vigentes (BETINI, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do modelo de PPP que vem tornando a gestão escolar numa realidade democrática, pode-se fazer as seguintes observações sobre as políticas públicas: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários fatores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; e, por fim, envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Esse caráter de planejamento e execução aponta para a eficácia do projeto como uma forma de interação entre as políticas e suas respectivas secretarias. Por fim, é importante se discutir o papel das instituições na formulação das políticas públicas. Como se pode observar, ao estudar as políticas, fica claro que as ações que são conhecidas hoje, são frutos de construções históricas e da junção de pensamentos. Percebe-se, dessa forma, que a implantação de políticas públicas deve ser encarada de forma séria pelos órgãos competentes, visto que seus resultados poderão influenciar historicamente toda uma classe ou país. O papel do governo também é importante, devendo ser valorizado, mesmo diante da globalização e do neoliberalismo.

As reflexões acerca das políticas são importante porque possibilitam repensar o conceito de políticas públicas de ação para educação da formação do cidadão crítico que exige os seus direitos, e que é co-responsável pela sua comunidade e sabe das necessidades da mesma. Não basta ter somente um espaço para colocar gente, mas ser um espaço de socialização que se comunica um determinado valor, aí que as pessoas entram em no ambiente e se sentem acolhidos independente da sua condição financeira, e tem oportunidade de praticar esporte e fazer novos amigos experimentam e

praticam o convívio e outros pilares da educação e da cidadania (FERNANDES, 2007).

No caso da escola em questão observa-se que o cooperativismo entre os diversos órgãos (secretarias) podem contribuir para que os problemas encontrados sejam amenizados, propiciando a possibilidade de uma escola com mais qualidade e que consiga diagnosticar as reais necessidades de seus alunos, concretizando, dessa maneira, a gestão democrática. Alguns passos já foram dados: alguns alunos que apresentavam problemas psicológicos ou de caráter sociais já são acompanhados pelos órgãos de saúde e assistência social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ney; LOPES, Brenner. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

BETINI, Geraldo Antônio. A construção do projeto político-pedagógico da escola. **EDUC@ção: Revista Pedagógica**, v. 1, n.3, jan. 2005

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: Faces, 2004, p.95-110.

DIAS, Gilmar. A dimensão política do projeto político-pedagógico: rumo à autonomia política e pedagógica da escola pública. **Revista Pedagogia em Debate**, v.3, n.2, mar. 2007.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. In DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo. Paulus. 2007

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUZA, Rinaldo Alves de Souza. Os efeitos do projeto político pedagógico na gestão escolar, segundo a concepção dos alunos. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 28, jul. 2003

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p.20-45, jul. 2006.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998

ANEXO

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO: ESCOLA
MUNICIPAL “FREI LEOPOLDO”

SIMONE FERREIRA AMARAL SOUSA

PATOS DE MINAS, 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO: ESCOLA
MUNICIPAL “FREI LEOPOLDO”

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção do certificado do Curso de Pós Graduação em
Gestão Escolar pela Universidade Federal de Minas Gerais
– UFMG, sob a orientação da Professora Grazielle
Mariano Batista Maia

PATOS DE MINAS, 2010

1 - INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico – PPP - possibilitou à comunidade escolar estabelecer objetivos e valores para nortear o trabalho dos educadores, a participação da família e da comunidade na vida escolar dos alunos. Estes objetivos e valores foram operacionalizados através do desenvolvimento do Plano de Ações e do estabelecimento de Padrões Básicos de Funcionamento, definidos coletivamente. Os instrumentos elaborados serão avaliados e reestruturados, sempre que necessário, tendo como referência os indicadores da qualidade na educação e a prática administrativo-pedagógica. Com a realização desse trabalho a escola delineou a sua identidade.

A **Introdução** relata aspectos importantes do processo de elaboração desse documento, contempla o contexto histórico de sua elaboração, a definição e a importância do PPP enquanto documento norteador das ações educacionais realizadas pela comunidade escolar, no enfrentamento do cotidiano, dos desafios escolares imediatos e dos graves problemas sociais vividos em nossa realidade.

A **Identificação da Escola** apresenta o nome da instituição, a base legal de criação e funcionamento, o endereço completo, e-mail, a localização contextualizada, a história, o organograma, o porta-bandeira, o hino a caracterização do atendimento escolar.

A **caracterização da comunidade escolar** aponta as especificidades das famílias atendidas, dos alunos e dos servidores do quadro de pessoal da escola.

A **gestão administrativa** identifica os órgãos colegiados, os instrumentos de gestão, os serviços básicos, a administração de pessoal e do patrimônio, a assistência ao educando e a articulação com a comunidade, explicitando o complexo funcionamento da escola.

A **gestão pedagógica** está embasada nos pressupostos teóricos e nos princípios orientadores das ações pedagógicas, traduzidos na definição de padrões básicos de operacionalização do processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade da escola e a necessidade de se promover uma uniformidade nas ações da prática educativa, visando elevar o desempenho escolar de todos os alunos.

A **rede física, mobiliário e equipamentos** foram caracterizados quanto à quantidade e às condições de uso, tendo como parâmetro o apoio às atividades didáticas, segurança e autonomia dos alunos.

O **plano de ação** da escola foi subdividido em rede física, gestão administrativa e gestão pedagógica, sendo organizadas de maneira objetiva, enfocando as dependências ou aspectos analisados, as ações a serem desenvolvidos, os responsáveis e o cronograma de execução, tendo os indicadores como instrumento de monitoramento e avaliação semestral.

1.1. Elaboração do Projeto Político-Pedagógico

Documento que registra e sintetiza a trajetória do trabalho desenvolvido na escola e o processo permanente de reflexão e discussão de sua organização e funcionamento. Apresenta em sua estrutura, dentre outros aspectos, os objetivos a serem alcançados, os avanços e os problemas detectados e o plano de ação a ser desenvolvido e avaliado periodicamente, buscando a formação integral do aluno.

A importância do PPP está em gerar ações intencionais e compromisso coletivamente assumido pela comunidade escolar, com a finalidade de melhorar os serviços realizados na escola, em todos os seus aspectos – administrativo e pedagógico - e, conseqüentemente, influenciar na melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

1.2. Identificação da Escola

A identificação da escola se dá através da Lei de Criação e Portaria de Autorização de funcionamento, documentos que lhe conferem personalidade jurídica, assegurando-lhe recursos para sua manutenção e seu funcionamento, em consonância com a legislação educacional.

A identificação da escola contempla ainda, sua localização geográfica contextualizada, sua trajetória histórica, a caracterização do atendimento escolar e o organograma.

1.3. Base Legal

A Escola Estadual “Frei Leopoldo” foi criada pela Secretaria de Estado de Educação - SEE em 05/12/1960, através do Decreto nº 6018. Foi municipalizada em 31/01/1998, através da Resolução SEE nº 8.472/98 e da Lei Municipal nº 4.516, de 06/10/1997. Tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Patos de Minas.

1.4. Localização Contextualizada

Rua: Doutor Adélio Maciel, nº 29 - Bairro Várzea

Patos de Minas – MG. - CEP: 38.700-516

Telefone - (34) 3822.97.69 - Telefone Público: (34) 3825.42.31

O bairro Várzea faz divisa com os bairros São José Operário, Brasil, Centro, Santo Antônio e com a área de proteção ambiental do Rio Paranaíba, sendo este e a natureza, paisagens próximas à escola.

A infra-estrutura do bairro apresenta deficiências nas vias de acesso urbano. Falta calçamento, passeios e sinalização em algumas ruas e becos. A grande quantidade de lotes vagos e lixo neles depositados gera propagação de roedores, insetos, mau cheiro e má aparência. Essa realidade é decorrente da falta de mobilização da população para reivindicar as melhorias necessárias junto ao poder público. Por outro lado, demonstra também a falta de respeito e consciência de quem usa inadequadamente o espaço coletivo.

As atividades econômicas predominantes no bairro são comércio, prestação de serviços e pequenas indústrias do setor moveleiro e de beneficiamento de grãos.

O bairro conta com o Cemitério Municipal Santa Cruz, serviço público que atende toda população patense.

Na área de assistência social os moradores do bairro contam com o Amparo Maternal Eurípedes Novelino – instituição filantrópica que desenvolve programa de atendimento às crianças e adolescentes. A frequência escolar do aluno é condição para que ele seja admitido e permaneça nessa instituição.

Na área da saúde conta com a Unidade Básica de Saúde Dr. Délio Borges da Fonseca que integra o Programa de Saúde da Família – PSF, atendendo aos bairros Várzea e Brasil.

As organizações comunitárias como pastorais ações filantrópicas das igrejas e Sindicato dos Trabalhadores Moveleiros desenvolvem projetos isolados, que apenas atendem às necessidades cotidianas. Falta unidade entre as instituições para, juntas, promoverem o desenvolvimento pessoal e social dos membros da comunidade.

Na área de educação, conta com a E. M. Frei Leopoldo e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que oferece cursos técnicos.

A prática educativa desenvolvida pela equipe pedagógica envolve o atendimento de crianças, adolescentes e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Diante dessa diversidade os educadores vivenciam uma busca incessante de caminhos para ressignificar o trabalho em sala de aula, abrangendo as diferenças individuais e a pluralidade cultural. Neste contexto, todas as teorias educacionais contribuem para que o trabalho pedagógico seja mais adequado às características dos alunos e à consecução das intenções educativas.

A fim de se constituir um referencial teórico simples, objetivo e com uma linguagem acessível a toda a comunidade escolar, priorizou-se o registro da síntese de um conjunto de saberes filosófico, sociológico e pedagógico que orienta o trabalho no cotidiano escolar. Nesses conhecimentos encontram-se a fundamentação da prática educativa.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

A fim de se constituir um referencial teórico simples, objetivo e com uma linguagem acessível a toda a comunidade escolar, priorizou-se o registro da síntese de um conjunto de saberes filosófico, sociológico e pedagógico que orienta o trabalho no cotidiano escolar. Nesses conhecimentos encontram-se a fundamentação da prática educativa.

A escola tem a **função social** de colaborar para a formação da cidadania, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, o

trabalho para com os temas transversais é desenvolvido como estratégia para que o **aluno** se reconheça enquanto sujeito cognitivo e agente capaz de interagir e de transformar a realidade.

A comunidade precisa olhar e escutar, criar um clima de comunicação e transparência, participar das decisões relativas à organização e ao funcionamento da escola, como forma de construir e manter um projeto de escola de qualidade que possa ter continuidade, mesmo com as mudanças que ocorre no quadro político. Muito se tem a fazer para melhorar a infra-estrutura (rede física, mobiliário e equipamentos), as condições de trabalho dos educadores e a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Partilhar as questões educacionais exige indignação, vontade política, trabalho coletivo, paciência, persistência, planejamento, avaliação, sempre visando alcançar o objetivo de todos – escola de qualidade (sucesso do aluno e realização profissional).

3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 - Famílias

Os dados que se seguem são o resultado do questionário sócio-econômico-cultural respondido pelos pais, por amostragem.

As famílias atendidas pela escola possuem, em sua maioria (70%), pouca escolaridade. Dentre os pais, 12% são analfabetos, 19% cursaram a antiga 1ª série, 40% possui escolaridade equivalente ao 5º ano do 1º ciclo do Ensino Fundamental (antiga 4ª série), 17% completou o Ensino Fundamental (antiga 8ª série), 11% tem Ensino Médio (2º Grau) e 1% curso superior/pós-graduação.

3.2 - Alunos

Dentre os 818 alunos matriculados na escola, 440 são do sexo masculino e 378 do feminino. O número de alunos do sexo masculino nos projetos de Educação de Jovens e Adultos e Acertando o Passo comprova o que vem sendo observado no cotidiano da escola - os meninos apresentam maior dificuldade de aprendizagem e de comportamento do que as meninas. Como consequência, muitos deles estão com defasagem idade/ano de escolaridade, o que freqüentemente leva à posterior evasão. Ao ingressar no mercado de trabalho, a exigência de escolaridade mínima ou a necessidade de uma habilitação para avançar na carreira profissional faz com que retornem à escola, buscando os cursos de aceleração de estudos.

A democratização do ensino, iniciada em 1986, ampliou o número de vagas nas escolas públicas para as classes populares. Hoje, a universalização do ensino é uma realidade – a escola atende a toda demanda - crianças, jovens e adultos de todas as etnias, classes sociais e diferenças individuais.

Do total de alunos, somente 385 (47%) declararam, no ato da matrícula, a cor da pele, demonstrando que a população ainda não tem conhecimento do valor dessa informação. Para a escola, esse dado mensura a concretização, na prática, do direito subjetivo à educação e, para a União, esses dados são parâmetros para a definição das políticas públicas educacionais. A legislação sobre as cotas destinadas aos negros nas universidades é um exemplo da importância dos dados coletados nas escolas, tendo em vista a equidade e a melhoria do atendimento e da qualidade do ensino para todos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um processo iniciado, mas, que demanda ainda adaptação de espaço físico, mobiliário e equipamentos, capacitação de educadores, equipe multiprofissional para avaliação diagnóstica e atendimento especializado.

Partindo dessa análise, verifica-se que a escola está garantindo o acesso a todos – preceito constitucional - porém, mediante o resultado do desempenho dos alunos, constata-se que a permanência, com sucesso, é o grande desafio que a escola ainda precisa vencer para que a democratização do ensino seja efetivada.

Através dos resultados das avaliações realizadas no 1º ciclo do ensino fundamental regular, registrou-se que 50% dos alunos apresentam desempenho satisfatório e 20% mediano, tendo em vista a adequação do plano curricular; o trabalho dos professores; a responsabilidade, participação ativa e a boa disciplina dos alunos; a parceria das famílias que valorizam a escola e apóiam o trabalho dos filhos.

Mas é muito preocupante o índice de fracasso escolar detectado - 30% dos alunos. São fatores que contribuem para esse baixo desempenho: cultura da promoção automática, infrequência, desinteresse e inexistência de hábito de estudo, descompromisso da família e do aluno para com a escola, pais com baixa escolaridade ou analfabetos, problemas de saúde, famílias desestruturadas com pais alcoólatras, drogados, encarcerados, baixa auto-estima e falta de perspectiva de melhoria de vida.

Nestes casos, a família permanece omissa, por mais que se tente envolvê-la visando reverter essa situação. Para esses pais ou responsáveis, a escola é vista como um espaço onde seus filhos recebem alimentação, se divertem, permanece em segurança e contribuem para aumentar a renda familiar – bolsa-família.

Soma-se a esses fatores, a forma de organização e funcionamento da escola: número de alunos por turma; a difícil disciplina desses alunos; a falta de tempo do professor para planejar e elaborar materiais didáticos diferenciados; a falta de experiência com o trabalho em grupo e diversificado, a inexistência de recursos humanos e de espaço físico para atendimento diferenciado sistematizado, no turno e extra-turno.

A inexistência de parceria com as Secretarias de Saúde, Trabalho e Assistência Social também influencia na ausência de diagnóstico clínico, tratamento especializado, quando necessário, e atendimento às necessidades dos alunos e das famílias.

Dentre os 30% dos alunos acima referidos, registra-se 104 (60%) com necessidades educacionais especiais, sendo que, para estes, se faz urgente atendimento diferenciado em pequenos grupos; 12 alunos deverão ser encaminhados para avaliação médica; 05 já frequentam a APAE, 23 estão sendo atendidos pelo projeto PAIEPAR e 40 apresentam comportamento inadequado, necessitando de avaliação e acompanhamento psicológico.

Em média 3% do total de alunos da escola, apresentam algum tipo de deficiência mental, auditiva, visual, motora ou múltipla.

A escola conta com 61 alunos com distorção idade/ano de escolaridade, decorrentes dos fatores acima mencionados. É necessário refletir sobre a complexidade que envolve essa realidade para propor atendimento diferenciado - aumento da permanência desses alunos na escola, com a aplicação de novas estratégias de ensino em sala de aula, visando minimizar a situação.

3.3 - Caracterização dos Servidores – 2010

A faixa etária de 66% dos servidores encontra-se entre 31 e 50 anos; 23% tem idade entre 20 e 30 anos e 11% acima de 50.

Do total de educadores, 10% tem como habilitação o Curso Normal e 90% possui curso superior, sendo que 39% destes possuem pós-graduação.

Para facilitar o desenvolvimento do trabalho escolar, 22% dos educadores contam com computador, mimeógrafo e jogos pedagógicos em casa. Todos possuem livros, apostilas e dicionários para consulta.

A renda salarial mensal de 73% dos trabalhadores corresponde à média de até 3 salários mínimos e 27% recebe entre 4 a 10 salários . Desses trabalhadores, 62% realizam outro serviço fora da escola.

A escola conta com 92% de educadores efetivos trabalhando no Ensino Fundamental regular e no projeto de Educação de Jovens e Adultos, o que colabora para a melhor organização do ensino, principalmente no período de distribuição de turmas no início do ano letivo. Os demais (8%) são professores de Educação Física, contratados para ministrarem aulas para as turmas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental Regular.

No projeto Acertando o Passo todos os educadores são profissionais contratados, por se caracterizar esta clientela como uma demanda decrescente em curto prazo.

4 - CURRÍCULO

O trabalho pedagógico constitui o cerne da educação escolar, através do desenvolvimento da proposta curricular e das estratégias de ensino e de aprendizagem.

Para responder às exigências de escola de qualidade, foram elaborados padrões básicos de operacionalização do processo ensino-aprendizagem, construídos coletivamente, a fim de se buscar o desenvolvimento de um bom resultado pelo planejamento de um bom processo.

O trabalho pedagógico coletivo foi então estruturado contemplando os instrumentos didáticos e as necessidades detectadas no cotidiano escolar. Os instrumentos didáticos básicos foram padronizados e estão descritos apresentando os objetivos, as ações e a estrutura do documento (quando for o caso), visando se obter uma unidade no trabalho pedagógico, uma vez que as habilidades e as competências dos alunos são construídas de forma contínua, o que exige uniformidade desses procedimentos básicos.

Plano Curricular Anual

Objetivos:

- Refletir sobre as disciplinas, os conhecimentos básicos, os temas transversais e as necessidades de aprendizagem dos alunos, despojando os conteúdos de sua forma pronta e imutável, identificando em suas dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas e culturais, o que é significativo para o aluno;
- Analisar os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais e apreender os objetivos a serem alcançados;
- Selecionar conteúdos que condizem ao que o aluno quer e precisa, ao que a sociedade quer e precisa daquele indivíduo, ao que o aluno está em condições de aprender, de acordo com o seu nível de desenvolvimento;
- Organizar uma seleção e uma programação prévia dos conteúdos, observando os resultados da avaliação diagnóstica, os registros do Diário de Classe, as observações do Conselho de Ciclo.
- Subsidiar a elaboração do Plano de Aula.

Ações:

- Releitura da Proposta Curricular da SEMED e os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais;
- Solicitação aos pais de sugestões de conteúdos que considerem significativos para a vida dos filhos;
- Listagem junto aos alunos dos temas de seu interesse;
- Realizar a integração e interpretação dos dados coletados;
- Consulta ao consolidado das Avaliações Diagnósticas;
- Adequação do documento;
- Análise técnica das modificações curriculares propostas;
- Aprovação do documento

5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

No cumprimento dessa função, ao elaborar o **plano curricular** a equipe pedagógica prioriza conteúdos cognitivos e culturais indispensáveis para a vivência e o exercício da cidadania: ler a própria vida tendo a compreensão da realidade em que está inserido - diversidade e contradições e, ter acesso aos conhecimentos científicos e historicamente construídos.

A **metodologia** desenvolvida ainda está fundamentada na prática educativa tradicional, considerando seus pontos positivos e, está caminhando para ser enriquecida com atividades que proporcionam maior autonomia dos alunos. A interdisciplinaridade acontece no desenvolvimento de projetos com temas do interesse dos alunos ou definidos no coletivo. O grande desafio é inovar a prática educativa com atividades que levem o aluno a aprender a pensar, a problematizar situações, a identificar e solucionar os conflitos cognitivos.

A **aprendizagem** é concebida pelos educadores como um processo de natureza biológica, social, intelectual e afetiva apresentando períodos de latência, avanços, retrocessos e rupturas. Os educadores estão sempre acompanhando o desenvolvimento

dos alunos, procurando compreender onde estão suas dificuldades e buscando na família, parceria para a resolução dos problemas detectados.

O processo de **ensino** planejado pelos educadores cria as condições favoráveis à aprendizagem e promove a construção do conhecimento através da interação do sujeito com o ambiente (pessoas, objetos e situações). O **papel do educador** de mediar o diálogo entre o aluno e o conhecimento se dá nas orientações coletivas e individuais presentes no desenvolvimento das atividades. A relação pessoal com os alunos promove, em sua maioria, um clima de confiança em que o aluno sentem-se à vontade para pedir auxílio quando dele necessitar, não tendo medo de errar e de expor suas idéias e sentimentos.

A **avaliação** é um instrumento de diagnóstico que evidencia os aspectos positivos da aprendizagem a serem mantidos e os aspectos negativos a serem modificados ou eliminados, redimensionando a ação educativa.

O regime de **progressão continuada** considera que o aluno constrói seu conhecimento em um processo contínuo (espiral ascendente), tendo com parâmetro de avaliação seu próprio desenvolvimento, permitindo que seja posicionado no ciclo de forma flexível.

A prática educativa desenvolvida pela equipe pedagógica envolve o atendimento de crianças, adolescentes e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Diante dessa diversidade os educadores vivenciam uma busca incessante de caminhos para ressignificar o trabalho em sala de aula, abrangendo as diferenças individuais e a pluralidade cultural. Neste contexto, todas as teorias educacionais contribuem para que o trabalho pedagógico seja mais adequado às características dos alunos e à consecução das intenções educativas.

- Ensino Fundamental / 1º ciclo / ensino regular – de acordo com a legislação vigente.
- Ensino Fundamental / 1º ciclo / Educação de Jovens e Adultos - a partir de 14 anos.
- Ensino Fundamental / 2º ciclo (1º e 2º Períodos) / Aceleração de Estudos / Projeto Acertando o Passo – a partir de 14 anos.
- Ensino Fundamental / 2º ciclo (3º e 4º Períodos) / Aceleração de Estudos / Projeto Acertando o Passo – a partir de 15 anos.

A formação de turmas acompanha o fluxograma da escola e as demandas da comunidade, considerando os recursos humanos e os espaços físicos disponíveis.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Educação Infantil: Turno Matutino (7 às 11:20) e Turno Vespertino (13 às 17:20)

Ensino Fundamental 1º Ciclo – Ensino Regular: Turno Matutino (7 às 11:20) e Turno Vespertino (13 às 17:20)

Ensino Fundamental 1º Ciclo – Educação de Jovens e Adultos: Turno Vespertino (13 às 17:20) e Turno Noturno (18 às 22)

Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos – Projeto Acertando o Passo: Turno Noturno (18 às 22)

6 - PROCESSOS DE DECISÕES

“Põe compreensão e proficiência em métodos, processos, procedimentos, técnicas de organização de trabalho, tomada de decisão, solução de problemas. “(...) Passa pela apropriação da capacidade de planejar, selecionar atividades significativas, sedutoras, interessantes e variadas, teoricamente fundamentadas para atingir objetivos claramente definidos e especificados, proporcionando o conhecimento do educando através de estratégias de intervenção pedagógica” (GRAMSCI, A.)

6.1 - Gestão Pedagógica

A equipe pedagógica da escola é formada pela diretora, vice-diretoras, supervisoras educacionais e professores. Tem como responsabilidade o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem, visando sempre o melhor desempenho dos alunos, em todas as suas dimensões - cognitiva, afetiva, psicológica e social.

Diante da amplitude do trabalho da direção, destaca-se: promover a construção de uma cultura de trabalho pedagógico coletivo; planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente a ação pedagógica junto à comunidade escolar; acompanhar individual

e coletivamente alunos com dificuldade de relacionamento; definir critérios de atendimento diversificado...

É responsabilidade da supervisão educacional orientar a adequação da proposta curricular e a elaboração do plano curricular anual; organizar o planejamento das horas-atividades, o conselho de classe/ciclo, as reuniões de pais e pedagógicas; elaborar o projeto de formação continuada dos educadores na escola; orientar o professor com dificuldade no manejo de classe, no trabalho pedagógico com os alunos e no relacionamento interpessoal, dentre outros.

O exercício da função docente pressupõe zelar pela aprendizagem do aluno; colaborar na adequação da proposta curricular e elaborar o plano curricular anual; selecionar os conteúdos e elaborar as atividades, considerando as características da turma; elaborar instrumentos de avaliação, aplicar e registrar os resultados do desempenho do aluno; participar do conselho de classe/ciclo; realizar reuniões com pais.

A autonomia pedagógica vem sendo estruturada na busca da implantação de um fazer coletivo, pautado em padrões básicos de operacionalização do processo de ensino-aprendizagem. A busca da uniformidade de ações no trabalho pedagógico tem o objetivo de oportunizar a todos os alunos vivências que o capacitem a adquirir conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudes significativas; tornar o trabalho mais produtivo e obter resultados mais eficientes.

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

A importância da participação da comunidade na vida escolar – eleição de diretor, órgãos colegiados, eventos, reuniões de pais e assembleias – não é percebida por todos. Através de um trabalho de conscientização junto às famílias observa-se um aumento significativo na participação da família em reuniões de pais e nos eventos festivos promovidos pela escola. Falta ainda cultura, compromisso e responsabilidade para com a organização, o funcionamento e os problemas administrativo-pedagógicos da escola enquanto espaço coletivo e, portanto, do interesse de todos.

A autonomia financeira, apesar de ser um preceito legal, não se viabilizou na prática, devido à política centralizadora da administração pública. Esta mantém os recursos financeiros destinados à educação sob sua responsabilidade, sem normatizar repasses às escolas.

A importância da participação da comunidade na vida escolar – eleição de diretor, órgãos colegiados, eventos, reuniões de pais e assembleias – não é percebida por todos. Através de um trabalho de conscientização junto às famílias observa-se um aumento significativo na participação da família em reuniões de pais e nos eventos festivos promovidos pela escola. Falta ainda cultura, compromisso e responsabilidade para com a organização, o funcionamento e os problemas administrativo-pedagógicos da escola enquanto espaço coletivo e, portanto, do interesse de todos.

8 – AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento de diagnóstico que evidencia os aspectos positivos da aprendizagem a serem mantidos e os aspectos negativos a serem modificados ou eliminados, redimensionando a ação educativa.

O regime de progressão continuada considera que o aluno constrói seu conhecimento em um processo contínuo (espiral ascendente), tendo com parâmetro de avaliação seu próprio desenvolvimento, permitindo que seja posicionado no ciclo de forma flexível.

A escola é o lugar da concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que organiza seu trabalho pedagógico baseando-se em sua realidade, sendo norteada por referenciais ditados pelo sistema de ensino. É uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, o qual se relaciona as duas dimensões. A primeira é política, porque articula o compromisso sócio-político aos interesses da comunidade. Já, a segunda define as ações educativas, pois reside na possibilidade de se efetivar a intenção escolar: a formação do cidadão. Ambas as dimensões relacionam-se problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pelo caráter democrático, tenta instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico em dois níveis: o da escola como um todo e o da sala de aula, associando-o com o contexto social. (<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education>, acessado em: 05/09/2010).

Logo, avaliar é conhecer a organização do trabalho pedagógico. Em suma, o projeto político pedagógico visa reorganizar formalmente a escola e dar certa qualidade em todo processo vivido. Vale acrescentar, ainda, que essa organização do trabalho pedagógico relaciona-se com organização social, devido ao fato da escola ser uma instituição social que reflete internamente as determinações e contradições da sociedade capitalista. Nesse sentido a comunidade escolar elaborou um Plano de Ações pautado na realidade educacional.

PLANO DE AÇÃO

DESDOBRAMENTO DAS METAS EM PLANO DE AÇÃO

NOME DA ESCOLA: Escola Municipal Frei Leopoldo

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

1. Implementar estratégias de ensino diferenciadas

ESTRATÉGIAS:

1.1. Capacitação de professores para elaborarem material impresso de qualidade – margem, tipo e tamanho da fonte adequada, ilustrações identificáveis, organização do espaço enunciados e textos claros e objetivos

1.2. Implementação do uso de novas tecnologias, inserindo professores e alunos no uso da internet, DVDs e jogos educativos

METAS:

1.1.1. Aquisição de 1 computador, 1 impressora matricial e 1 scanner para uso dos professores durante o ano letivo

1.1.2. Capacitação de 30% dos professores em informática, no horário de planejamento semanal, no ano letivo

1.1.3. Distribuição mensal de cota de material xerografado para todos os professores, no ano letivo

1.2.1. Aulas semanais no Laboratório de Informática para todos os alunos do Ano II, III e IV durante o ano letivo

INDICADOR DA META: Professores capacitados

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

2. Aprimorar o processo ensino-aprendizagem usando recursos didático-pedagógicos

ESTRATÉGIAS:

2.1. Capacitação dos professores para orientarem trabalho em grupo, com jogos e materiais pedagógicos, visando a aprendizagem de conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais

2.2. Realização de atividades em grupo nos horários de Ed. Física e de uso da Biblioteca

METAS:

2.1.1. Aquisição de jogos e materiais pedagógicos, anualmente

2.1.2. Aquisição de kits de material escolar básico de uso do aluno, anualmente

2.1.3. Realização de duas capacitações anuais tendo como estratégia de ensino o trabalho em grupo com jogos e materiais pedagógicos

2.2.1. Planejamento pelo professor regente de realização mensal de trabalho em grupo em todas as turmas, contando com o apoio dos professores de Educação Física e dos Auxiliares de Biblioteca, para desenvolverem nos alunos hábitos de trabalharem em grupo

INDICADOR DA META: Recursos didáticos pedagógicos adquiridos e utilizados

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

3. Zelar pela segurança, conforto e qualidade no atendimento educacional aos alunos e nas condições de trabalho dos servidores

ESTRATÉGIAS:

3.1. Adequação da infra-estrutura do prédio através de reforma e ampliação da rede física

METAS:

3.1.1. Conserto de todo o piso do pátio e pintura do mesmo, até o final do ano letivo

3.1.2. Instalação de um piso sintético no parquinho até o final do ano letivo

3.1.3. Adaptação de um banheiro para acessibilidade de alunos com deficiência física até o final do ano letivo

3.1.4. Cobertura da quadra poliesportiva no ano de 2010

3.1.5. Reforma e ampliação de toda a rede física no ano de 2010

INDICADOR DA META: rede física reformada e ampliada

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

4. Reduzir os índices de defasagem idade/série do ensino diurno e de evasão no ensino noturno

ESTRATÉGIAS:

4.1. Implementação de projeto de aceleração de aprendizagem para alunos com defasagem de idade/série no turno matutino

4.2. Implantação da nova legislação do ensino noturno (Decreto 3230/SEMED)

METAS:

4.1.1 Formação de uma turma de Aceleração da Aprendizagem no ano de 2010

4.2.1. Reformulação de todo o Regimento Escolar até o final do ano letivo de 2009

4.2.2. Implantação do Decreto 3230 no início do ano de 2010

4.2.3. Realização de três palestras para os alunos do ensino noturno durante o ano de 2010

INDICADOR DA META: Elevação do índice do IDEB da escola

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUON, Beate. **Reunião de pais: sofrimento ou prazer?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PROCAD – SEE. Escola Pública de Qualidade: O Plano de Desenvolvimento da Escola. – PROCAD – SEE / MG Modulo 01. MEA/SEE/MG

PROCAD – SEE. Escola Pública de Qualidade: O Plano de Desenvolvimento da Escola. – PROCAD – SEE / MG Modulo 02. MEA/SEE/MG

CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. Raízes e Asas: Módulo de Apresentação – Ética e Cidadania. Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade / coordenadora – geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria Especial dos Diretores Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEEC , 2003. 6v.: il.

CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. Raízes e Asas: Módulo 02 – Convivência Democrática Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade / coordenadora geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria Especial dos Diretores Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEEC, 2003. 6v.: il.

CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. Raízes e Asas: Módulo 03 – Direitos Humanos, Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade / coordenadora geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria Especial dos Diretores Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEEC, 2003. 6v.: il.

CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. Raízes e Asas: Módulo 04 – Inclusão Social, Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade / coordenadora geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria Especial dos Diretores Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEEC, 2003. 6v.: il.

CENPEC – Centro de Pesquisas para Educação e Cultura. Raízes e Asas: Módulo 05 – Informação Bibliográfica e Documentais, Ética e cidadania: Construindo valores na escola e na sociedade / coordenadora geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria

Especial dos Diretores Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEEC, 2003. 6v.: il.

PARENTE FILHO, José. Planejamento estratégico da educação. Brasília: Plano Editora, 2001.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: uma construção coletiva.
<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education>. acessado em: 05/09/2010.

LUCK, Helóisa [et.al.]. A escola participativa: o trabalho do gestor. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.